

POR DENTRO DO *MOVIMENTO*: PRÁTICAS POLÍTICAS DE MULHERES NEGRAS DO MORRO DA POLÍCIA - PORTO ALEGRE

INSIDE THE *MOVIMENT*: POLITICAL ACTIONS OF BLACK WOMEN IN THE COMMUNITY OF MORRO DA POLÍCIA - PORTO ALEGRE

Thais da Rosa Alves*
Miriam Steffen Vieira**

Introdução

Este artigo tem como temática o ativismo de mulheres negras das camadas populares¹ de Porto Alegre-RS, mais precisamente, das mulheres que compõem uma associação comunitária localizada no Morro da Polícia²: a Associação das Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE).

Através dessa organização, as líderes comunitárias do Morro da Polícia realizam um trabalho social voltado para a melhoria da perspectiva de vida dos moradores da localidade que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e para a capacitação de mulheres para a geração de renda. Criada em 2008, a Associação também realiza ações culturais e educacionais jun-

* Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – (São Leopoldo/RS/BR). E-mail: thaisalves1406@gmail.com

** Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – (São Leopoldo/RS/BR). Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. E-mail: miriamsv@unisinos.br

1. A noção de camadas populares refere-se a um recorte analítico com enfoque nas experiências de vida e valores culturais de grupos de baixa renda. De acordo com Fonseca (2000), corresponde a diferentes modos de vida de indivíduos situados em uma sociedade de classes demarcada pelas desigualdades sociais.
2. O Morro da Polícia é um dos pontos mais elevados de Porto Alegre, com 286 metros de altitude. Consiste em uma área em constante processo de transformação, na qual se localiza o maior número de ocupações em área de risco, por corresponder a uma área de preservação ambiental (LINDAU e ROSA, 2004).

to aos movimentos negros e feministas locais, além de manter parcerias com os setores público e privado.

Pensando a política como um processo constante que *se faz* – e *refaz* – no plano da vida cotidiana (NUAP, 1998; GOLDMAN, 2006), este texto tem como foco as práticas políticas das mulheres negras integrantes da AMUE.

Ao longo do trabalho de campo realizado na Associação, no período de julho a setembro de 2017, foi possível identificar as diversas formas pelas quais as mulheres criam e atribuem sentido para suas práticas através desse ativismo, que se relaciona com suas vivências e com os demais agentes, tais como associações de dentro e de fora do Morro, movimentos sociais, ONGs, políticos e representantes do Estado.

Como forma de conhecer mais a fundo as práticas políticas desse tipo de ativismo, foram elaborados três objetivos específicos: (1) compreender como as mulheres estabelecem relações com outros agentes (demais associações, movimentos sociais e instituições); (2) conhecer como elas organizam suas pautas e engajamentos; e (3) analisar como diferentes eixos de poder podem intersectar suas práticas.

Para acessar a política desde as perspectivas nativas bem como compreender o ativismo ali praticado, a análise foi orientada a partir de duas abordagens teóricas: a da antropologia da política e a do movimento feminista negro. A antropologia da política corresponde a uma virada antropológica na qual a política passa a ser considerada como parte do cotidiano das pessoas, e não como uma dimensão de análise isolada, e em como principal objetivo

[...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade

de que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’. (PALMEIRA e BARREIRA, 2004, p. 9)

De acordo com esta perspectiva, ao considerar a política como uma dimensão do cotidiano, deve-se também refletir acerca da sua centralidade para aqueles e aquelas que pesquisamos. Por conta disso, segundo Goldman (2006), é imprescindível considerar as práticas nativas como teorias políticas, ou seja, passar a ver os processos políticos a partir do ponto de vista descolado oferecido pelo nativo, para a produção de um olhar alternativo e, a partir disso, realizar a análise antropológica sobre a política (GOLDMAN, 2006).

Dessa forma, a antropologia da política surge como uma proposta de olhar alternativo para as práticas políticas, ao afastar as tendências que reproduzem certa negatividade e ao buscar a prática democrática ideal. Ao adicionar elementos postergados, como a subjetividade e as concepções nativas, a disciplina gerou novas lentes para olhar como a política se desenvolve no plano do cotidiano.

Já o feminismo negro trouxe elementos que ampararam o contexto da pesquisa realizada sobre o ativismo de mulheres negras das camadas populares, ao inserir a perspectiva da interseccionalidade na qual diferentes eixos de poder – tais como raça, gênero, classe, geração, entre outros –, articulam-se, gerando diferentes formas de opressão (GONZALEZ, 1988).

Diante da reflexão quanto à categoria raça, e das especificidades que podem estar presentes nesse tipo de experiência, a interseccionalidade foi abordada a partir da teo-

ria do “ponto de vista” elaborada por Patricia Hill Collins (2012). Segundo esta autora, na perspectiva das mulheres negras sobre sua própria opressão, discussões epistemológicas a respeito do sistema de dominação ganham um duplo posicionamento: a negação da possibilidade de um ponto de vista hegemônico da mulher negra e, ao mesmo tempo, um ponto de vista coletivo das interseccionalidades. Ou seja, a teoria do ponto de vista nega a ideia de interseccionalidade como um somatório de opressões ao propor a existência de pontos de vista diferenciados sobre ser mulher.

Primeiramente, apresentamos um breve histórico dos estudos envolvendo o ativismo de mulheres das camadas populares e como os mesmos podem ser analisados desde a perspectiva interseccional. Em seguida, passamos às escolhas metodológicas e, por fim, elementos analíticos a partir da trajetória de uma liderança da AMUE – a Rosa.

1. O ativismo de mulheres das camadas populares e a interseccionalidade

No Brasil, a década de 1970 foi marcada pelo surgimento de diversas mobilizações por parte da sociedade civil. Entre elas, pode-se destacar o ressurgimento do feminismo brasileiro, que tinha como principal reivindicação a luta pelos direitos das mulheres. Porém, tal movimento era protagonizado especificamente por mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas que se consideravam “emancipadas” (SINGER, 1980). Nesse mesmo período, outras mobilizações lideradas por mulheres ganhavam espaço no cenário político local. Um exemplo são as reivindicações sociais das mulhe-

res oriundas das periferias urbanas que giravam em torno da garantia e acesso a direitos básicos como creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico e transporte público nas grandes cidades.

Ao contrário do movimento feminista brasileiro, essas mulheres organizavam-se nos denominados “Clubes de Mães” que eram iniciativas das Comunidades Eclesiais de Base³ (CEBs) (SINGER, 1980). Foram nestas organizações comunitárias que as mulheres idealizaram alguns movimentos políticos de nível nacional, com grande destaque no período do regime militar, como o Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches (ALVAREZ, 1988).

Dentro desse contexto, alguns estudos a respeito deste tipo de movimento de mulheres foram realizados, principalmente nos anos 1980 – período da redemocratização no Brasil e em demais países latino-americanos –, como forma de compreender tal movimento protagonizado pelas mulheres de classes populares, e que não se encaixava no então movimento feminista que havia voltado à cena (SINGER, 1980).

Entre as principais análises elaboradas sobre o ativismo de mulheres das camadas populares no Brasil, destacam-se três estudos. O primeiro foi o de Singer (1980), no qual, ao se aproximar do movimento de mulheres da periferia de São Paulo, categoriza-o como um movimento popular que não era feminista por não reivindicar demandas inerentes às mulheres e sim a um coletivo.

Outro olhar sobre o ativismo de mulheres das camadas populares – o segundo estudo – foi o de Alvarez (1988), ao pesquisar o mesmo contexto da cidade de São Paulo durante a década de 1980. A autora aponta o mode-

3. As Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, são comunidades ligadas às religiões cristãs, principalmente da Igreja Católica inspiradas pela Teologia da Libertação.

lo de politização da maternidade, o da institucionalização, utilizado como uma estratégia das mulheres de classes populares para adentrarem no campo político. Sendo assim, ao politizarem sua maternidade, estas mulheres passaram a defender seus direitos como mães e esposas, em um período de ruptura de direitos políticos e econômicos – na época da ditadura militar brasileira.

Este conceito de “maternidade militante” passou a ser utilizado para contextualizar a mobilização de mulheres das camadas populares nos cenários brasileiro e latino-americano durante as décadas de 1980 e 1990 (ALVAREZ, 1988). Porém, mesmo tratando-se a maternidade como uma instituição que viabilizou a participação de mulheres em espaços públicos, isso foi criticado pela reprodução de estereótipos femininos direcionados às mulheres das camadas populares, como a abnegação, o altruísmo e o cuidado (BONETTI, 2007).

No final da década de 1990 e começo dos anos 2000, o terceiro estudo – de Bonetti (2000) –, que buscava compreender a participação política de mulheres dessas camadas populares de Porto Alegre que haviam realizado um curso de capacitação legal⁴, trouxe a categoria nativa “mulherista” como uma alternativa para pensar este ativismo sem reforçar estereótipos femininos. De acordo com as próprias ativistas, a categoria significa um grupo de mulheres que conhece as reais necessidades das mulheres. Portanto, o ser “mulherista”, em vez de “feminista”, vai além do uso da categoria empírica mulher, ao carregar no seu sentido um mar-

gador de pertencimento social que se contrapõe a um possível elitismo do feminismo, percebido por estas mulheres como distante de sua classe social (BONETTI, 2007).

Ao ampliar tal categoria em pesquisa realizada em Recife, Bonetti (2007) enfatiza que o ativismo de mulheres das camadas populares vai além das questões familiares que o conceito de “maternidade militante” propõe, trazendo à tona a interseccionalidade entre gênero e classe como a principal diferença com o feminismo hegemônico⁵. Porém, mesmo analisando tal ativismo desde uma abordagem crítica, a pluralidade de ativismos de mulheres das camadas populares acabou subsumida na questão da mobilidade social.

Essa homogeneização das mobilizações de mulheres das camadas populares pela questão de classe e o acesso aos direitos, deixou de lado diferentes especificidades que podem estar presentes e que influenciam essas experiências mobilizatórias, como a questão racial.

Em seu texto “Por um feminismo afro-latino-americano”, de 1988, Lélia Gonzalez criticou a utilização da categoria “popular” como forma de classificar o ativismo de mulheres “não feministas” como as mulheres negras organizadas. Para a autora, tal categoria acabou desracializando e descolorindo as mulheres negras por não inserir a categoria racial. Embora Gonzalez não aborde explicitamente o termo interseccionalidade, sua crítica corresponde à supervalorização da classe em detrimento de outros eixos de poder que fazem parte dos diferentes “pontos de vista” diferenciados sobre ser

4. O curso em questão corresponde à formação de Promotoras Legais Populares oferecido pela ONG Themis – Gênero e Justiça de Porto Alegre.

5. Idealizado tanto como movimento como corrente teórica a partir de experiências de mulheres, brancas, classe média, intelectualizadas e heterossexuais. Este feminismo acabou por difundir a ideia de uma mulher universal em que o gênero passou a ser a categoria analítica por excelência para explicar a opressão feminina diante do sistema de gênero imposto, ou seja, o patriarcado (LOZANO, 2010).

mulher, principalmente sobre o ser mulher em uma sociedade demarcada pelas desigualdades raciais e sexistas, como a brasileira (BAIRROS, 1995).

Foi desse olhar interseccional, no qual as especificidades das interlocutoras foram postas como parte do universo pesquisado, que esta pesquisa buscou compreender o ativismo de mulheres das camadas populares para além da questão exclusiva de classe, para refletir acerca das articulações entre outros eixos de poder como gênero, raça e geração, entre outros.

2. O campo de pesquisa e as escolhas metodológicas

A pesquisa de campo foi realizada na AMUE, localizada no Morro da Polícia, que consiste em uma área de ocupação irregular na periferia de Porto Alegre e, portanto, não possui indicadores socioeconômicos junto a instituições oficiais (ALVES, 2018).

De acordo com Saavedra (2013), a ocupação do Morro da Polícia iniciou-se por conta da proximidade com o quartel da Brigada Militar, sendo assim, os familiares dos militares que foram residir nas proximidades do Morro acabaram por ocupá-lo de forma desordenada. Mais recentemente, a ocupação do Morro passou a ser feita por familiares de presidiários, que se estabeleceram em uma zona de preservação ambiental – zona da mata – no qual se localizam nascentes de água, ou seja, é considerada imprópria para moradia.

Segundo os dados coletados, a zona da mata é composta por população predominantemente negra, sendo a maioria mulhe-

res (53%). As mulheres também são as principais chefes de família nos domicílios desta área e possuem baixa escolaridade (SAAVEDRA, 2013).

Com relação ao trabalho e renda, as ocupações predominantes na região são ligadas, sobretudo, ao cuidado de idosos e de crianças, e ao trabalho doméstico ou coleta de materiais recicláveis. A presença do Estado nesta região se faz visível através de um aparato ligado à segurança pública⁶ que marca a origem do Morro, em contraste à ausência de outros serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação. Por conta disso, há um histórico de mobilizações sociais, como a formação de organizações comunitárias que visam garantir direitos para a população (JOBIM e KLAUCK, 2000), tal como o trabalho desenvolvido pela AMUE, desde 2008, ano de sua fundação.

A Associação é uma idealização de um grupo de mulheres negras, integrantes de uma mesma família moradora do Morro da Polícia, que possuía um histórico de participação em movimentos sociais. Desde 2008, a Associação funciona na casa de Rosa⁷, uma das fundadoras, pelo fato de não possuir uma sede própria.

A falta da sede consiste no principal problema para a realização das atividades da AMUE. Por conta disso, elas solicitam espaços de outras associações locais, o que nem sempre ocorre. Houve também uma tentativa de conseguir um terreno para a construção da sede via cedência do governo do Estado, porém, com o final da gestão estadual em 2014, o processo não foi adiante.

Como forma de conhecer a Associação e as práticas políticas das suas integrantes, foi

6. No Morro da Polícia localiza-se a Penitenciária Estadual – Presídio Central, a Academia de Polícia Militar e o Regimento Bento Gonçalves.

7. Os nomes das integrantes do grupo são fictícios.

realizado trabalho de campo na AMUE durante os meses de julho a setembro de 2017⁸, a partir de observações participantes em reuniões e atividades promovidas pela Associação e em eventos fora da localidade. Além de conversas informais, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com Rosa, principal interlocutora da pesquisa.

Além dos dados produzidos em campo, outros materiais foram coletados para a pesquisa, como notícias de jornais locais que tratavam sobre a Associação, Rosa ou o Morro da Polícia. Estes materiais foram coletados na internet e as buscas se deram antes da entrada em campo ou durante o mesmo, através das integrantes da AMUE.

A seguir, apresentamos algumas reflexões em torno dos dados etnográficos produzidos durante o trabalho de campo.

3. Concepções e práticas políticas: as perspectivas das mulheres do Morro

Um dos objetivos da pesquisa era de compreender como se davam as relações entre a Associação e demais grupos e organizações do Morro da Polícia ou de outras localidades. Porém, ao entrar em campo, deparamo-nos com associações locais que não estavam mais funcionando ou que haviam trocado de liderança. Desta forma, para acessar tais relações, voltamo-nos para Rosa, como forma de acessar este universo desde suas perspectivas.

Optamos por seguir a biografia de Rosa, pois o fato da sede da Associação ser ao mesmo tempo a sua residência, possibilitou-nos o acesso ao seu cotidiano para além do ativismo. Vale ressaltar que o fa-

to de seguir uma biografia não torna Rosa “a representante” (MINTZ, 1984; FLEISCHER, 2011), visto que a Associação é formada por mulheres negras com diferentes posicionamentos políticos. Porém, Rosa é reconhecida nos *movimentos*, possuindo assim uma rede de relações com outros ativistas, servidores públicos e pessoas envolvidas com a política partidária.

Rosa é uma mulher negra de 56 anos, casada, mãe de quatro filhos e avó de seis netos. Sua história de vida é entrelaçada com o Morro da Polícia e com o que ela denomina de *movimentos*. Praticamente toda a sua família realiza algum trabalho comunitário, por isso a mesma costuma mencionar que sua família também *vive* a Associação. A sua mãe e irmã foram quem, de certa forma, a iniciaram neste meio.

Minha história nos movimentos vem de família. Minha mãe acolhia os antigos catadores de jornais, ela ajudava muita gente, ajudava os presos que eram agredidos. Minha irmã também era meio *revoltada* desde nova. Ela começou no Julinho [Colégio Júlio de Castilhos] o movimento estudantil, depois ela foi do [Movimento] Palmares, que depois virou MNU [Movimento Negro Unificado], ela também fundou o PT [Partido dos Trabalhadores]. Agora ela largou de mão, cansou disso, agora ela é alquimista, mexe com plantas, essas coisas. Mas ela ainda me dá muitos conselhos. (Rosa, Diário de Campo, doravante DC, 18/07/2017).

Rosa trabalha como faxineira, cuidadora de idosos e cabelereira autônoma. Além de integrante da Associação, Rosa é uma Pro-

8. O trabalho de campo foi realizado no contexto do mestrado em ciências sociais, por Alves (2018) – a primeira autora deste texto. Em decorrência disso, utilizamos a primeira pessoa do singular para referir aos dados de campo.

motora de Saúde da População Negra (PSPN) e Promotora Legal Popular (PLP), mas no momento da pesquisa ela se encontrava afastada das suas funções como PSPN e PLP. Rosa possui contatos com três movimentos sociais: o da luta pela moradia, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento feminista, porém ela não se identifica como militante desses movimentos.

Como uma forma de se autoidentificar e identificar as práticas da Associação, Rosa se coloca como parte do *movimento de mulheres negras do Morro*. Este movimento consiste em uma articulação entre movimentos sociais consolidados no cenário local e na interseccionalidade presente em suas experiências como mulheres negras do Morro da Polícia, resultando em um projeto político de *resistência* (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Rosa: Agora do movimento mesmo, somos só nós e os da [Vila] Conceição, que ainda estão na *resistência*.

Ângela: Sim, eles não querem os negros *favelados* perto do Centro.

Rosa: Não querem, mas a gente fica aqui na *resistência*. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).

Ao se colocar como quem *faz movimento*, Rosa separa a si e à Associação daqueles que *fazem política*. Para ela, a política relaciona-se diretamente com partidos, candidatos e eleições, somando-se às promessas de campanha e ao poder público. Já o movimento é o que traz melhorias para a população do Morro, é o que *faz acontecer*, mas que não se faz sozinho. Por conta disso,

elas se aproximam de variados grupos: movimentos sociais, universitários e políticos, como vereadores e deputados estaduais, para dar sequência às atividades que muitas vezes são descontinuadas pelo fato dessas parcerias não serem fixas.

Mesmo com a presença de pessoas que *fazem política* em sua rede de contatos, esta não deixa de ter sentido negativo para ela, que utiliza termos como *politicagem* – para designar as ações desenvolvidas por quem está ligado à política partidária –, e a expressão *luta* como forma de explicar as suas práticas e as da Associação.

Mesmo com todas as dificuldades, a gente *tá lutando*, não é fácil, mas vamos chegar lá, se Deus quiser, porque força não falta. A gente está *lutando* para garantir os direitos daquela população lá, que é esquecida pelo poder público. A gente *luta* pelo direito deles terem uma carteira de identidade, pelo direito de ter um comprovante de residência. Por isso eu bato na mesma tecla, eu sempre *tô na luta* pela informação, porque informação é tudo ... só que não chega até eles [moradores do Morro da Polícia], estão *anestesiados*, que nem querem saber do direito deles. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Embora associe sua prática ao movimento que *faz luta*, durante nossas conversas, Rosa comentou que já trabalhou em campanhas eleitorais, principalmente para o Partido dos Trabalhadores-PT, porém, com os acontecimentos que culminaram no afastamento e, logo em seguida, impedimento da presidenta Dilma Rousseff⁹, Rosa se afastou das campanhas eleitorais. Seu afastamento

9. A presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi impedida de terminar seu segundo mandato após a abertura e julgamento de um processo com vistas a destituir a presidenta devido a acusações de improbidade administrativa, no que ficou midiaticamente conhecido como “pedaladas fiscais”, e a

decorreu, além dos discursos midiáticos, de fatores relacionados com “promessas” não cumpridas. Entre estas, ela destacou duas promessas que fomentaram um certo ceticismo em torno da *política*: um churrasco no Morro e a cedência de um terreno para a construção da sede da Associação.

De acordo com Palmeira e Heredia (2010), a promessa corresponde à forma mais antiga de relacionamento político-eleitor. Nos dois casos relatados por Rosa, ela descreve duas promessas, entre outras possíveis, que não foram cumpridas pelos dois candidatos para quem ela havia feito campanha e, portanto, colocado seu nome e o da Associação relacionados.

Ao questioná-la a respeito de como ocorrem as aproximações dos políticos com a Associação, Rosa contou que são nos anos eleitorais que os candidatos a procuram como um canal para apresentação das suas propostas para a população do Morro. De acordo com Palmeira e Heredia (2010), os anos eleitorais correspondem ao “tempo da política”: período que não se restringe apenas aos candidatos e eleitores, mas amplia-se para toda a população que tem sua rotina alterada. Essa relação demarcada pelas eleições foi visível durante o meu campo, realizado em um ano não eleitoral, portanto, não houve “visitas” de pessoas ligadas a partidos políticos como candidatos ou assessores.

Se as relações entre a Associação e agentes políticos externos, como o Estado e os políticos carregam tensionamentos entre *política*, *movimento*, *luta* e *resistência*, as relações da Associação com as demais organizações do Morro da Polícia também carregam tensões e disputas. Ao relatar os vínculos com outros espaços comunitários

da localidade, Rosa se coloca como alguém que, com muito transparência, participava e apoiava duas organizações locais, porém, por questões de gestão, desfez as parcerias segundo ela, à razão de não realizarem um trabalho com a *transparência* esperada.

Eu *trabalho com transparência*, e a AMUE é um trabalho com *transparência*, então quem está com a gente faz um trabalho ótimo, pois nós fazemos um trabalho sério. (Rosa, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

Esta classificação entre quem trabalha com transparência e quem não, diferencia tanto Rosa como a Associação que representa, das demais organizações locais. Essas medições de posicionamentos entre entidades e lideranças fazem parte de um ‘jogo de honra’ (FONSECA, 2000). Neste jogo, “[...] o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema ‘absoluto’: é quase impossível duas pessoas estarem no mesmo nível” (FONSECA, 2000, p. 27). Dessa forma, para manter este “padrão”, Rosa e as demais integrantes passaram a “selecionar” as organizações parceiras e os espaços de participação.

Essas tensões entre as organizações locais relacionam-se com a demarcação de disputas e interações nas quais o Morro torna-se um território gerido por grupos diversos, que em determinados momentos entram em conflito por domínio, pertencimento e fixação em seu espaço (BOBADILLA, 2016).

Essas disputas ficam evidentes, por exemplo, nas trocas de acusações sobre quem faz e quem não faz “assistencialismo”. Dona Lélia, outra integrante da Associação, comen-

edições de decretos sem a autorização do Congresso. Em agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, porém, não perdeu seus direitos políticos, podendo, caso queira, concorrer e assumir cargos eletivos. O impeachment da presidenta Dilma foi considerado por alguns grupos ligados à esquerda como golpe político.

tou, durante uma de nossas conversas, que uma organização local deixou de emprestar o espaço físico para as atividades da Associação por conta da mesma ser assistencialista e isso, de acordo com seu olhar, não é o que a Associação faz, pois, assistencialismo é uma prática realizada pelos *políticos*, um *clientelismo*. Para Rosa, a assistência é uma “ajuda” para melhorar a condição de vida da população do Morro, não ficando, assim, subsumida à ideia de assistencialismo.

Essas visões divergentes, segundo Auyero (2011), envolvem duas dimensões sobre esta prática de assistencialismo. A primeira é a da sua utilidade como estratégia eleitoral e dominação do poder político sobre populações de camadas populares, como a descrita por Dona Lélia. Já a segunda, é a ideia de pensar esta prática como uma estratégia dos grupos populares para solucionar problemas para além de uma “troca de favores”, como no apoio que é dado para as eleições do Conselho Tutelar *em troca* de não retirar os filhos das mães moradoras do Morro, ou nas doações quase que diárias realizadas pela Associação, de roupas, alimentos e móveis.

Embora Rosa faça uma distinção entre quem *faz política* e quem *faz movimento*, essas disputas se diluem no cotidiano da Associação, borrando as fronteiras entre um e outro na medida em que elas se relacionam com demais agentes presentes no universo do ativismo comunitário.

Além disso, a figura de Rosa mescla-se com a da Associação que, mesmo colocando-se como parte de um grupo maior formado por outras mulheres, é visível sua personalização com a figura de Rosa que é quem traz, a partir da sua história de vida e de suas relações pessoais, as pautas e os engajamentos que a própria Associação irá aderir, ou não, nas suas práticas.

Sendo assim, as concepções políticas dentro do universo pesquisado mostram a pluralidade que a política possui para determinados grupos sociais, seja nos jogos entre *quem faz e quem não faz política* no Morro, bem como as relações com políticos, promessas e campanhas.

Porém, nesse conjunto de semelhanças, buscamos olhar também para as distinções do *fazer prático* de Rosa e suas parceiras de *luta* do Morro da Polícia. Por conta disso, para além das concepções que rodeiam este ativismo, exploramos as relações no interior da Associação e da mesma com as moradoras e moradores do Morro.

Como mencionado anteriormente, a Associação é composta por mulheres negras de uma mesma família. Ao relatarem seu cotidiano dentro da Associação, as interseccionalidades entre gênero, raça e classe não ficam de fora, como bem aponta Dona Lélia.

A ONG faz parte da *minha família*, porque aqui é a realidade do dia a dia, onde a gente leva *chicotada*, a gente é desprezada, chamada de “*as negrinhas*”. Eu não sei se é pela questão econômica ou pelo racismo. Nós sofremos muito racismo aqui no início dessa *luta*. Porque as mulheres negras não tinham o direito de defender a sociedade e nós fomos discriminadas por sermos mulheres negras, pobres e do Morro, e muitas vezes nos negavam a própria fala. Em vários encontros que nós tivemos, nos negaram o *direito de ter voz*. (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Os elementos que rodeiam a Associação carregam em si a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, juntamente com questões geracionais e religiosas. Um deles é a bandeira da Associação: confeccionada por um vizinho, a mesma traz a imagem de

três mulheres negras, uma jovem, uma grávida e uma idosa. As mulheres vestem túnicas brancas e carregam elementos da natureza como água e plantas. Neste símbolo da Associação, os elementos religiosos dividem espaço com os corpos dessas mulheres, que são marcados por raça, gênero e geração. No interior da Associação, estes mesmos elementos são visíveis.

Todas as integrantes da Associação consideram-se mulheres negras, e a idade delas varia: as mais novas estão na faixa dos 20 anos, como sua nora, Audre, enquanto as mais velhas já passaram dos 60, como Dona Lélia.

As crianças também fazem parte da Associação, por conta das netas e netos das integrantes ou das crianças que circulam pela vizinhança. Como Rosa mesmo diz: “o que mais tem no Morro é criança e cachorro” (DC, 15/07/2017). Muitas das atividades desenvolvidas pela Associação buscam abarcar também as crianças, como as festas de Páscoa, São João, Dia das Crianças e Natal, além de passeios para teatro e cinema, que a Associação realiza com o apoio de outras ONGs, como uma forma de apresentar um *mundo além do Morro* (DC, 08/07/2017).

Vista a escassez de iniciativas do poder público para crianças e jovens do local, as integrantes da Associação se preocupam com o *futuro do Morro*, por isso temas como a prevenção da gravidez na adolescência e o problema do tráfico de drogas na região são frequentes nas reuniões e nas atividades da Associação, com fins de mudar esta situação e trazer novas possibilidades para a população jovem do Morro da Polícia.

Como já mencionado na descrição do Morro da Polícia, a maioria dos domicílios

são chefiados por mulheres, principalmente nas casas situadas na zona da mata. No interior da Associação, a matriarcalidade também está presente. Segundo Hita (2014), em uma família matriarcal, as mulheres assumem o centro do seio familiar, no qual, muitas vezes, mesmo com a presença de um parceiro, como é com Rosa, elas são as responsáveis por toda a manutenção da família, seja na “administração do lar” (chefes da casa), como também na questão financeira quando há a ausência masculina (chefes de família).

Para a autora (HITA, 2014), esse tipo de organização doméstica é resultado de duas variáveis. A primeira consiste no déficit de políticas habitacionais, o que levou um contingente populacional a ocupar de maneira irregular áreas urbanas; e a segunda, corresponde a uma herança cultural africana oriunda da população negra que fora escravizada até o final do século XIX, o que também criou uma interdependência entre raça e pobreza.

Nas famílias marcadas pela matriarcalidade, há uma intensa circulação de pessoas, principalmente crianças. Existe a inter-relação com mais de uma casa, não apenas de familiares consanguíneos, como também de vizinhos. Sendo assim, por ser ao mesmo tempo a residência de Rosa, a sede da Associação está permeada por esses trânsitos familiares que não se desassociam das suas práticas.

Embora as questões raciais atravessem toda a Associação, existem três momentos específicos nos quais são realizadas atividades exclusivas para discussão e reflexão da situação da população negra pela Associação ou com participação da mesma: no Dia da Mulher Negra¹⁰, na Semana Farroupilha e na Semana da Consciência Negra.

10. Comemorado no dia 25 de julho, o Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha originou-se em 1992 quando ocorreu na República Dominicana o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Na ocasião, foi designada a criação de uma Rede de Mulheres Negras Latino-americanas

Desde 2015, a AMUE realiza uma homenagem ao Dia da Mulher Negra na qual promove atividades culturais e políticas como poesia, teatro, dança, roda de conversa e desfile com enfoque nas vivências das mulheres negras do Morro da Polícia. Com rodas de conversa, teatro, poesia e desfile, as mulheres buscam visibilizar com atividades “culturais” suas experiências como *mulheres negras do Morro da Polícia*.

Já nos meses de setembro, a AMUE marca presença no famoso Acampamento Farrroupilha, ao participar com oficinas de turbante do piquete do movimento Mocambo¹¹ – o único liderado por uma mulher negra –, o qual enfrenta todo ano a ameaça de ser fechado com a justificativa de que era “deslocado” dos demais e por isso não atraía tanto público quanto os outros.

A gente vai lá no piquete e faz um sucesso. Porque a gente leva uma coisa nova para lá. Tem gente que pensa que a Semana Farrroupilha é só gaúcho, só homem branco e não é. A gente leva a história do povo negro, faz oficina de turbante que tem toda uma história sobre os Lanceiros Negros, foi *show*. O piquete enche de gente porque é uma coisa diferente do meio de tudo aquilo. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

Nos meses de novembro, Rosa ministra oficinas de turbantes e bonecas abayom¹² nas escolas públicas da região do Partenon e Restinga, em Porto Alegre, como forma de mostrar a história do povo negro e, ao mesmo tempo, estimular a autoestima das crianças para que se reconheçam como negras.

Sendo assim, o pertencimento racial das integrantes transparece na forma como elas constroem seus engajamentos, seja pela questão das mulheres, seja em atividades feitas para *espantar a crise* como o lançamento da marca de turbantes confeccionados pelas integrantes e as moradoras do Morro, batizada de “Mulheres do Morro”.

Embora as questões raciais tenham um maior destaque no interior da Associação, as questões de gênero e classe também fazem parte do cotidiano da AMUE e não se separam, pois estão articuladas no fazer prático, tanto que a Associação também funciona como um local de acolhimento que muitas mulheres procuram para resolver conflitos de gênero.

Mesmo não atuando com tanta frequência como uma Promotora Legal Popular, Rosa orgulha-se em dizer que o número de mulheres que sofreram violência diminuiu na

e o Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha (OLIVEIRA, 2016). No Brasil, apenas em 2013 a data foi reconhecida pela presidenta Dilma Rousseff como o Dia da Mulher Negra: dia de dar visibilidade à luta e resistência das mulheres negras no enfrentamento ao sexismo e racismo (GELEDÉS, 2016).

11. O Mocambo faz parte da Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa que foi fundada entre as décadas de 1970 e 1980 por moradores negros do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. O mocambo possui participação em vários movimentos sociais e políticos, desenvolvendo atividades de formação literária sobre a história da população negra na história do Rio Grande do Sul. O movimento também possui um piquete no Parque Harmonia, durante o Acampamento Farrroupilha, sendo o único comandado por uma mulher negra.

12. As abayomis são pequenas bonecas feitas de tecidos trançados. De origem iorubá, as bonequinhas têm o objetivo de servir como um amuleto de proteção. A criação das abayomis remonta ao período da escravidão, quando as mães, como forma de acalmar as crianças, rasgavam retalhos das suas roupas para confeccionar as bonecas durante as viagens nos navios tumbeiros (GELEDÉS, 2015).

região¹³ por conta do trabalho de *conscientização sobre os direitos* feito pela Associação.

Mesmo sendo uma *classe menos favorecida*, essas mulheres têm o conhecimento dos direitos porque a gente serve como uma multiplicadora. Vou te dar um exemplo: tem o caso de uma senhora que vivia sendo agredida pelo marido, aí ela foi até a minha casa e pediu ajuda, eu disse para ela que a única forma que eu podia ajudar era com um livro, dei para ela ler e pedi que tivesse bastante atenção no que *tava* escrito ali. Ela leu e depois de uma semana o marido quis bater nela de novo e ela disse assim para ele: “não, a partir de hoje *tu* não toca mais em mim, *tu* vai me respeitar porque eu sei da lei Maria da Penha e dos meus direitos”. Ele foi até minha casa, dizer que eu tinha *feito a cabeça* dela, mas eu só dei o livro e ela foi *empoderada*. Hoje ela *tá* maravilhosamente bem, terminou o Ensino Médio e *tá* trabalhando, vai fazer o Enem e tentar entrar na faculdade. Ela era uma mulher que vivia lá, enclausurada, numa conchinha porque ela não conhecia os direitos, não tinha a informação. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017)

Embora o intuito não seja de classificar as práticas da Associação como feministas, ou não, não se pode negar que existem, dentre seus objetivos, ideais em torno dos direitos das mulheres – concebido com a mobilização dos movimentos feministas –, e também em torno, de acordo com Collins

(2012), dos “pontos de vista” das mulheres do Morro, que ressignificam e adaptam esses modelos de acordo com suas realidades.

Um exemplo parecido com o que ocorre na Associação, e citado por Rosa, foi o projeto do Serviço de Informação à Mulher, o SIM – Tudo Fácil¹⁴ no qual Rosa fez parte (ALVES, 2015). Este espaço de atendimento tinha como principal objetivo informar as mulheres sobre seus direitos e encaminhar aquelas que estivessem em situação de violência para locais especializados, como os Centros de Referência, porém, na prática, o serviço foi além de um balcão de informações.

O SIM era uma coisa que *tava* dando certo. Aí o governador viu que *tava* funcionando, *negras na cabeça*, na *ponta*, não quis mais, disse que não tinha mais orçamento para este projeto. A gente *tava empoderando* as mulheres lá, não era só caso de violência, era tudo. Eu ajudava o pessoal a tirar a carteira de identidade, ajudava com o *atestado de pobreza*. Nós, *mulheres da ponta*, somos vítimas do sistema, do Estado que não nos dá suporte. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Essas práticas que, em um primeiro momento, desviam-se dos propósitos iniciais do espaço, correspondem às perspectivas em torno de violências que vão além da dimensão dos direitos individuais, inserindo questões econômicas e sociais que impedem o exercício da cidadania das *mulheres da ponta* (VIEIRA, 2011).

13. Este dado foi repassado por Rosa, em registro no Diário de Campo no dia 01/07/2017. Embora se saiba que nos casos que envolvem violência contra as mulheres – principalmente aquelas que ocorrem no âmbito doméstico –, seja constatada uma diminuição nos dados estatísticos, se sabe também que esses dados ainda são passíveis de subnotificação (WAISELFSZ, 2015).

14. SIM-Tudo Fácil foi um projeto realizado entre maio de 2014 e agosto de 2015 em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares (APLP), a ONG Themis e a extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul (SPM/RS). O SIM consistia em informar mulheres sobre seus direitos e, quando necessário, realizar o encaminhamento para os Centros de Referência (ALVES, 2015).

No universo da Associação, isto também ocorre. As moradoras do Morro reforçam a personalização da Associação com Rosa quando a procuram diretamente, como uma via de solucionar diversos problemas do cotidiano, desde a doação de roupas e alimentos, até como forma de reportar problemas encontrados nos serviços públicos como a falta de médicos no posto de saúde ou a perda da guarda de seus filhos pelo Conselho Tutelar, pois sabem que o trabalho de Rosa é de “fiscalizar” o poder público.

Esse papel que a Associação assume de “denunciar” a forma como o Estado se relaciona com a população do Morro da Polícia fora, inclusive, uma das motivações para sua criação. Essa lógica se associa com a ideia proposta por Segato (2012) de que o Estado moderno se mantém como colonizador e intervencionista, acarretando assim a debilitação de autonomias e a ruptura da vida constitucional e comunitária. E dessa forma, o Estado opera em duas vias: de um lado constrói o discurso sobre direitos universais, e do outro estabelece princípios individualistas.

Em meio a isso tudo, as minorias sociais e políticas, como as mulheres e as crianças, públicos alvo das ações da Associação, são as mais afetadas pela modernidade. Esse fator corrobora com a crítica a este papel do Estado para com suas instituições presentes na localidade: enquanto há a falta de serviços considerados direitos, como saúde, educação e moradia, existe um forte aparato da segurança pública.

Portanto, ao assumir a postura de fiscalizadoras e de denunciadoras da forma como o Estado nega determinados direitos à população do Morro, elas questionam a ordem estatal hierárquica que organiza o mundo desde uma matriz da colonialidade (SEGATO, 2012).

Depois que uma moradora foi até a Associação pedir ajuda para comprar um leite especial para um de seus bebês, Rosa virou para mim e disse:

Rosa: Essa mãe tá precisando de ajuda. Ela é uma mulher negra batalhadora, uma supermãe e se ela subiu até aqui com os bebês é porque está precisando.

Dona Lélia: É por isso que tem gente que se corrompe, muitas mães se corrompem, mas nós não vamos deixar isso acontecer com ela. As mães fazem isso porque não veem uma solução. Mas aqui a gente pensa diferente. Até as dificuldades são para a gente aprender a viver. Ela e tantas outras aqui são mulheres sobreviventes de uma violência do Estado, do poder público. (Rosa e Dona Lélia, integrantes da Associação, DC, 15/07/2017).

Esse *pensar diferente* pode ser compreendido ainda com o que Segato (2012) aponta como um “habitar decolonial”: à medida que comunidades organizadas adentram na esfera pública, criam redes corporativas e parentais e vão moldando a ordem moderna de acordo com suas percepções. Ou seja, a Associação, que de certa maneira se organiza em um espaço no qual a lógica colonial do Estado atua com seu aparelho repressivo, representado pelas instituições de segurança pública, funciona como uma brecha pela qual elas conseguem, mesmo que de forma esporádica, adentrar em espaços de poder, como a participação na Semana da Consciência Negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ou em reuniões na sede do governo estadual ou, até mesmo, na atuação de Rosa no Serviço de Informação à Mulher - Tudo Fácil, que ampliou sua lógica de atendimento para a resolução de problemas que, em um primeiro momento, não estavam pautados pelo Serviço.

Sendo assim, as práticas desenvolvidas pelas ativistas desse *movimento de mulhe-*

res do Morro se articulam com diversos elementos tal como modelos familiares e relações intergeracionais e raciais, que estão presentes no cotidiano dessas mulheres e nas suas formas de mobilização.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou se aproximar das concepções e práticas políticas de mulheres negras ativistas das camadas populares, reconhecendo-as como um processo vivido nas práticas da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança – AMUE, localizada no Morro da Polícia, em Porto Alegre.

Ao adentrar no universo da pesquisa, exploramos os pontos de vista de Rosa, as suas concepções políticas e se estas acompanhavam suas práticas ou, até mesmo, as contradiziam. Desde nossos primeiros contatos, Rosa demonstrava um posicionamento negativo perante a política, a qual considerava uma atividade desenvolvida por pessoas específicas: os *políticos*. Dessa forma, como maneira de diferenciar-se de quem *faz política*, ela se coloca juntamente com a Associação em outro nível, ou seja, considera-se como quem *faz movimento*.

Esse *fazer movimento* não corresponde a um movimento social específico, mas consiste em uma articulação entre alguns movimentos sociais locais, nos quais Rosa possui contatos por conta de sua experiência como liderança comunitária: movimento de luta pela moradia, movimento negro e movimento feminista, somando-se às questões próprias dessas mulheres, emergindo assim um autodenominado *movimento de mulheres do Morro da Polícia* que abarcam as interseccionalidades experienciadas por essas mulheres.

A divisão entre política e movimento também está presente nas relações estabelecidas pela Associação com diversos agentes

que fazem parte deste universo do ativismo comunitário. A Associação, através da figura de Rosa, possui uma rede de relações com associações, ONGs, movimentos sociais e políticos profissionais.

Mesmo possuindo um canal de contato com alguns representantes do Estado, as integrantes da Associação possuem o discurso de assumirem o papel de “fiscalizadoras” dos serviços públicos. Vale destacar que essas relações se dão em um nível pessoal. Esta personalização deixa em segundo plano as instituições do Estado e as demais organizações comunitárias ao atribuir às pessoas determinadas ações e situações, sejam positivas ou negativas.

No interior da Associação, os engajamentos também se dão nas relações pessoais. As pautas em torno de questões como moradia, racial e feminista, foram inseridas graças às experiências de Rosa com estes movimentos, como dito anteriormente.

É a partir das concepções em torno da política, que as práticas emergem no local. Ao observar outros elementos que gravitam no interior da Associação, as questões raciais, de gênero, de classe e geracionais também fazem parte deste *movimento de mulheres do Morro*. Refletindo sobre o que Collins (2012) denomina como “ponto de vista”, esse movimento se faz em uma coletividade, e não consiste em uma hegemonia, visto a pluralidade de mulheres que residem no Morro e consideram-se parte do movimento.

Por fim, compreendemos que ao trazer as perspectivas dessas mulheres sobre a política, juntamente com as suas práticas na Associação, inserimos esta pesquisa em um conjunto de trabalhos que passam a levar a sério, assim como Goldman (2006) nos aconselha, o que diferentes grupos sociais têm a nos dizer. Em outras palavras, este trabalho faz parte de um movimento que busca acolher, no espaço aca-

dêmico, os diferentes saberes daqueles e daquelas que nos acolhem em suas vidas e tornam a produção de conhecimento possível.

Referências

ALVAREZ, S. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 315-380.

ALVES, T. R. *Entre a faculdade da vila e o direito: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil*. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

_____. *Entre a política e o movimento: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da Polícia/ Porto Alegre*. 2018, 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

AUYERO, J. Vidas e políticas das pessoas pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, p. 126-164, 2011.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília-DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BOBADILLA, K. B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

BONETTI, A. L. *Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. 2000, 195 f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2000.

_____. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

COLLINS P. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, M. (Org.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 99-131.

FLEISCHER, S. *Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino*. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. *25 de julho Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-da-america-latina-e-do-caribe-2/>>. Acesso em 28 out. 2017.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista ISIS Internacional*, Santiago, v. 9, p. 113-141, 1988.

GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

- HITA, M. G. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador, Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16999>> . Acesso em 10 abr. 2017.
- HOULE, G. A sociologia como ciência e vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petropolis: Vozes, 2008, p. 317-334.
- JOBIM, D. J.; KLAUCK, E. R. *Movimento popular da grande Glória*. Porto Alegre: SMC, 2000.
- LINDAU, H. G. L.; ROSA, A. Monitoramento e educação ambiental nas encostas do Morro da Polícia: uma proposta de ensino de geografia. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO EM SENSORIAMENTO REMOTO NO ÂMBITO DO MERCOSUL, 4, 2004, São Leopoldo. *Anais eletrônicos...* São Leopoldo: Unisinos, 2004. Disponível em: <http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t-12_trab_59.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.
- LOZANO, B. R. L. El feminismo no puede ser uno porque lãs mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiência de las mujeres del Pacífico colombiano. *La manzana de la discordia*. Cali, v. 5, n. 2 , p. 7-24, jul./dez. 2010. Disponível em: < http://manzana-discordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1516>. Acesso em: 30 maio 2017.
- MIGUEL, L. F. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, L. F.; BIROLLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 75-88.
- MINTZ, S. W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. *Cadernos NUAP 1*, Rio de Janeiro: NAU, 1998. Disponível em: < http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- OLIVEIRA, F. *O estilão inconfundível de Luiza Bairros e o Dia da Mulher Negra*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <https://vermelho.org.br/coluna/o-estilao-inconfundivel-de-luiza-bairros-e-o-dia-da-mulher-negra/>> . Acesso em: 28 out. 2017.
- PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. Introdução. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. M. A. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2010.
- SAAVEDRA, L. P. R. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre*. 2013, 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012.
- SINGER, P. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980, p. 109-142.
- VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 335-374.
- VIEIRA, M. S. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília – DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: < https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

RESUMO

Este artigo insere-se em um conjunto de estudos sobre o ativismo de mulheres das camadas populares. Fazendo um diálogo com a antropologia da política e o feminismo negro, principalmente em uma perspectiva interseccional, a pesquisa tem como objetivo analisar como um grupo de mulheres negras concebe a política de suas práticas em uma associação comunitária localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre. A partir de uma abordagem etnográfica, foram acompanhadas as práticas cotidianas das integrantes da Associação e, em especial, de Rosa, durante os meses de julho a setembro de 2017. Ao acompanhar o dia a dia da Associação, ficaram evidentes diferentes níveis de atuação e de percepção da política nesse espaço, articuladas com elementos que se interseccionam no ativismo dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Ativismo de mulheres das camadas populares. Antropologia da política. Feminismo negro. Interseccionalidade. Morro da Polícia.

ABSTRACT

The present article is a part of a set of studies about the activism of women from popular classes. Starting from a dialogue with political anthropology and black feminism, especially from the intersectional perspective, The research aims to analyze how a group of black women conceives politics from their practices in a Community Association located at Morro da Polícia, the outskirts of Porto Alegre. From an ethnographic approach, the research followed the daily practices of the members of the Association, especially Rosa, during the months of July to September of 2017. While accompanying the Association's daily life, it became evident the different levels of action and perception of politics in this space, articulated with elements that intersect within the activism of these women.

KEY-WORDS

Popular Women Activism. Political Anthropology. Black Feminism. Intersectionality. Morro da Polícia.

Recebido em: 22/08/2019

Aprovado em: 11/02/2020

